Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.

CNPJ/MF nº 13.574.672/0001-52

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o resultado por ação)

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado			
Ativos	Nota	2017	2016	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Circulantes	25.338	12.386		Circulantes	95.717	465.861	
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.413	2.746	Fornecedores	10	4.236	16.724
Títulos e valores mobiliários	5.1	2.455	3.799	Risco sacado a pagar	11	22.568	21.960
Contas a receber	6	2.210	96	Empréstimos e financiamentos	12	39.663	418.569
Impostos a recuperar	7	3.640	3.083	Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.640	1.107
Estoques		324	92	Obrigações tributárias		9.106	7.446
Adiantamentos a fornecedores		152	2.009	Contas a pagar com partes relacionadas	17	13.065	-
Despesas pagas antecipadamente		64	549	Adiantamentos de clientes		5.391	-
Garantias e depósitos caução		-	12	Outras contas a pagar		48	55
Créditos com partes relacionadas	17	9.080	-	Não Circulantes	463.847	57.465	
Não Circulantes	722.598	703.050		Empréstimos e financiamentos	12	358.056	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	47.694	-	Contas a pagar com partes relacionadas	17	105.565	57.465
Créditos com partes relacionadas	17	5.513	57.179	Provisão para riscos	14	226	-
Imobilizado	8	666.485	643.735	Patrimônio Líquido	188.372	192.110	
Intangível	9	2.906	2.136	Capital social	15	253.935	253.935
Total dos Ativos	747.936	715.436		Prejuízos acumulados		(65.563)	(61.825)
				Total dos Passivos e do Patrimônio Líq.	747.936	715.436	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
1. Contexto Operacional – A Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A. ("Sociedade"), empresa constituída em 21/03/2011, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nesses ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. A Sociedade iniciou sua operação no primeiro trimestre de 2016, através dos serviços de elevação de carga na região de Barcarena, Estado do Pará. Aspectos regulatórios: Em 21/02/2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA aprovou a concessão de Licença Prévia ("LP"), referente ao projeto da Sociedade, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo ("TUP") localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 01/07/2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação ("LI"), referente ao projeto da Sociedade, de instalação de Terminal Portuário de Uso Privativo ("TUP"), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 09/05/2014, a Sociedade assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela Sociedade, na modalidade de TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, cidade de Barcarena, Estado do Pará, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 05/12/2014, a Sociedade obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 335, publicado no Diário Oficial da União. Capital circulante líquido negativo: Em 31/12/2017, a Sociedade apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$70.379 (R\$453.475 em 31/12/2016), decorrente, principalmente da expansão de suas operações. A Sociedade irá equalizar o capital circulante líquido negativo com a geração de caixa prevista para o ano de 2018. Adicionalmente, em caso de necessidade a Sociedade conta com o apoio financeiro dos seus acionistas. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) Demonstração do resultado abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não reconhecidos na demonstração de resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. No caso da Sociedade, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas. d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. e) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As				Prejuízos			
				Capital social acumulados	Total		
Saldos em 31/12/2015				234.234	(6.965)	227.269	
Aum. de capital em dinheiro em 26 de dez.				19.701	-	19.701	
Prejuízo do exercício				-	(54.860)	(54.860)	
Saldos em 31/12/2016				253.935	(61.825)	192.110	
Prejuízo do exercício				-	(3.738)	(3.738)	
Saldos em 31/12/2017				253.935	(65.563)	188.372	
principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 8). f) Reapresentação do balanço patrimonial consolidado de 31/12/2016: Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, o balanço patrimonial e respectiva nota explicativa relativa ao exercício findo em 31/12/2016, foram reapresentados para contemplar os efeitos do descumprimento de determinados indicadores não financeiros ("covenants") que resultaram na reclassificação de parte da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$418.569. 3. Principais Práticas Contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado: Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, operações de risco sacado a pagar, fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. b) Reconhecimento da receita: Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. As receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado. c) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos e financiamentos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e							
				Fluxo de Caixa das Ativid. Operacionais	2017	2016	
Prejuízo do exercício				(3.738)	(54.860)		
Ajus. p/ reconciliar o prej. do exerc. c/ o caixa líq. gerado pelas (aplicado nas) ativ. operac.:							
Provisão para participação nos lucros				-	261		
Mora sobre risco sacado				4.816	-		
Encargos de dívidas sobre empréstimos				42.478	20.042		
Outras provisões				226	13		
Juros sobre aplicação financeira				(1.745)	(1.576)		
Depreciação e amortização				33.838	20.829		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:							
Contas a receber				(2.114)	(96)		
Estoques				(232)	(92)		
Garantias e depósitos caução				12	5		
Impostos a recuperar				(557)	(444)		
Adiantamentos a fornecedores				1.857	(2.009)		
Créditos com partes relacionadas				(9.080)	-		
Despesas pagas antecipadamente				485	(129)		
Outros créditos				-	8		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:							
Fornecedores				(10.988)	(60.280)		
Obrigações sociais e trabalhistas				533	267		
Obrigações tributárias				1.660	(383)		
Adiantamentos de clientes				5.391	-		
Outras contas a pagar				(7)	(86)		
Caixa gerado pelas (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais				62.835	(78.530)		
Pagam. de juros s/ emprést. e financiam.				(42.196)	(72.556)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				20.639	(151.086)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento							
Aquisição de ativo imobilizado				(58.025)	(68.263)		
Aquisição de ativo intangível				(833)	(810)		
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas				(44.605)	63.547		
Partes relacionadas				99.766	23.945		
Caixa líq. gerado pela ativ. de investimento				(3.697)	18.419		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento							
Aporte de capital de acionistas				-	19.701		
Captação de empréstimos				23.251	435.026		
Risco sacado contratado				42.578	21.960		
Amortização de principal – empréstimos				(44.383)	(396.662)		
Amortização risco sacado				(46.786)	-		
Outras contas a pagar c/ partes relacionadas				13.065	55.376		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento				(12.275)	135.401		
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa				4.667	2.734		
Caixa e equival. de caixa no início do exercício				2.746	12		
Caixa e equival. de caixa no fim do exercício				7.413	2.746		
Aum. (Red.) de Caixa e Equival. de Caixa				4.667	2.734		
se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos eletrônicos e informática – 10%; instalações – 10%; softwares – 20%; equipamento de telefonia – 10%; benfeitorias – 20%; veículos – 20%. d) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis indefinidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. e) Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no							

continua ...